

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE, CNPJ n. 15.612.468/0001-04, neste ato representado (a) por seu Diretor, Sr (a). SILVANIA ALVES DE MATOS NETA;

E

SEREDE - SERVICOS DE REDE S.A., CNPJ n. 08.596.854/0012-47, neste ato representado (a) por seu Diretor, Sr (a). MARCELL VELLOSO DE SOUZA e por seu Diretor, Sr (a). LEONARDO NOGUEIRA DE MORAES;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) dos Trabalhadores da Empresa SEREDE, vinculados a representação do Sindicato Laboral, com abrangência territorial em SE.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

O piso salarial, assim entendido como o menor salário pago na empresa, será de R\$ 1.427,29 (um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos), a partir de 1º de agosto de 2024. Os outros pisos por função serão conforme tabela abaixo:

CARGOS	Pisos em agosto/2024
CABISTA I	R\$ 1.427,29
CABISTA II	R\$ 1.491,37
CABISTA III	R\$ 1.673,72
INSTALADOR	R\$ 1.469,36
OFICIAL DE REDE	R\$ 1.469,36
OP DG	R\$ 1.571,27
TEC ADSL I	R\$ 1.673,72
TEC DADOS I	R\$ 1.937,06
TEC DADOS II	R\$ 2.257,11
TEC DADOS III	R\$ 2.865,01
ATENDENTE DE CONTROLE 6h	R\$ 1.427,29
OPERADOR HOME CONNECT	R\$ 1.457,61
TEC MULTIFUNCIONAL	R\$ 1.673,72

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A empresa reajustará os salários vigentes em 30 de abril de 2024 com o índice de 3,23% (três, vírgula vinte e três por cento) a partir de 1º de agosto de 2024.

Parágrafo Primeiro: Estão excluídos do reajuste previsto na presente cláusula os cargos de Diretores, \Gerentes Gerais, Gerentes e Consultor Executivo, os quais estarão sujeitos ao reajuste conforme política interna das empresas.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
A FL



Parágrafo Segundo: Não será objeto de compensação todos e quaisquer reajustamentos decorrentes de elevação de nível, promoção, aumento real, transferência, equiparação salarial e término de aprendizagem.

#### PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

#### CLÁUSULA QUINTA - CONSIDERANDOS

I - Considerando a existência de Convenção Coletiva de Trabalho desde do ano de 2024 / 2025, bem como a e existência de Acordo Coletivo desde 2023 /2024 e que estes instrumentos possuem em comum clausulas;

II – Considerando que os sindicatos laboral e patronal buscam a padronização da norma coletiva com um instrumento comum a toda a categoria no âmbito do Estado de Sergipe, com conceitos, regras e procedimentos uniformes;

III - Considerando que as normas coletivas são fruto de negociação coletiva e que o acordo coletivo busca pormenorizar interesses empresariais e dos empregados, visando implementar condições mais benéficas de trabalho a ambos;

As partes resolvem celebrar o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, com o objetivo de acolher os seguintes itens e condições, sem prejuízo daquelas estipuladas na Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025.

#### SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

#### CLÁUSULA SEXTA - PRODUÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÃO

A empresa manterá o pagamento por produtividade, através de um programa de remuneração variável, de forma a estimular o desempenho do empregado em atingir as metas estabelecidas. O programa terá critérios estabelecidos e considerará o volume de produção e a qualidade do serviço alcançada pelo empregado, sempre estimulando o seu bom desempenho em atingir as metas estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A empresa tendo apresentado ao sindicato dos empregados o modelo de remuneração variável praticado atualmente, compromete-se a demonstrar eventuais atualizações dos critérios de apuração, mantendo-se aberta à possibilidade do debate.

#### GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

#### PRÊMIOS

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PRÊMIO

A empresa poderá estabelecer um programa de prêmios em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado, alcançado pelo empregado no exercício de suas atividades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O programa de prêmios considerará critérios estabelecidos pela empresa, onde será verificado o desempenho do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores recebidos como prêmios, mesmo havendo habitualidade, não integram a remuneração do empregado, não incorporam o contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. O histórico de pagamentos de prêmios não constitui uma parcela irredutível e nem um direito adquirido pelo empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa apresentará ao sindicato dos empregados o modelo de premiação praticado e eventuais atualizações dos critérios de apuração, mantendo-se aberta ao debate.

#### PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

#### CLÁUSULA OITAVA - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A empresa se compromete a apresentar e discutir com o sindicato, em até 60 (sessenta) dias após a aprovação do ACT 2024/25 em assembleia dos trabalhadores, o Programa de Participação nos Resultados para os seus empregados, baseado no atingimento das metas

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
A. J. A.

2



definidas pela empresa e excluídos os executivos, que terão programa específico. Na oportunidade, serão apresentadas ao sindicato as metas operacionais, indicadores e respectivos pesos, visando a aferição do valor e firmado acordo coletivo específico para o PPR, devendo o respectivo pagamento ser efetivado até 30/04/2025, caso as metas estabelecidas sejam atingidas.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO

A EMPRESA concederá aos seus empregados o Benefício Alimentação. O valor do vale refeição/alimentação será de R\$ 22,78 (vinte e dois reais e setenta e oito centavos), a partir de julho/24. Sendo disponibilizados 26 vales alimentação/refeições, incluindo os sábados trabalhados, podendo ser compensados por domingos ou feriados trabalhados, quando não houver atividades do colaborador aos sábados, que serão entregues no primeiro dia útil do mês do consumo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O benefício acima mencionado não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, nem se configura como rendimento tributário do empregado, desde que a empresa esteja regularmente inscrita no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica facultado a empresa o direito de creditar os valores a título de vale refeição e vale alimentação através da modalidade de cartão eletrônico disponível no mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a empresa necessitar do trabalho extraordinário em dias de repouso remunerado, esta fornecerá alimentação ou 01 (um) ticket adicional.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de acidente de trabalho, será concedido o benefício por 30 (trinta) dias, quando o afastamento das atividades for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de licença maternidade, será concedido o benefício alimentação, para os 30 (trinta) dias iniciais do afastamento da empregada.

PARÁGRAFO SEXTO - Em trabalho extraordinário, os empregados receberão um auxílio alimentação no valor de R\$ 10,46 (dez virgula quarenta e seis centavos), a partir de 01/07/2024, quando forem realizadas 02 (dois) horas extras ou mais, além da jornada diária, somando-se ao VA diário previsto no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Para cumprir o disposto na legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador, a EMPRESA descontará, dos empregados optantes deste benefício, o valor mensal de R\$ 0,01 (um centavo de real).

PARÁGRAFO OITAVO - A empresa concederá a título de Cesta Básica, a partir de 01 de julho de 2024, o valor de R\$ 107,18 (cem e sete reais e dezoito centavos), para o empregado não sindicalizado e o valor de R\$ 214,37 (duzentos e catorze reais e trinta e sete centavos), para o empregado sindicalizado, inclusive no período de suas férias.

PARÁGRAFO NONO - Será concedido, em vale alimentação, a partir de 01/07/2024, quando do período de gozo de férias, uma importância de R\$ 107,18 (cem e sete reais e dezoito centavos), para os empregados não sindicalizados e de R\$ 235,81 (duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos), para os empregados sindicalizados.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA OITAVA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

Será concedido Plano Médico com regime de coparticipação, para todos os empregados e seus dependentes, sendo que as empresas custearão 50% (cinquenta por cento) do valor para o titular e 40% (quarenta por cento) para os dependentes.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
H. J. A.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregados associados ao Sinttel-SE, as empresas custearão 60% (sessenta por cento) do valor do plano para o titular e 40% (quarenta por cento) para os dependentes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para os trabalhadores admitidos a partir de 01/08/2023 as empresas custearão 50% (cinquenta por cento) do valor do plano para o titular e o custo do dependente será de integral responsabilidade do mesmo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para os trabalhadores admitidos a partir de 01/08/2023 que se associarem ao Sinttel-SE, as empresas custearão 60% (sessenta por cento) do valor do plano para o titular e o custo do dependente será de integral responsabilidade do mesmo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O repasse pelo trabalhador do valor da assistência médica e coparticipação dos afastados há mais de 3 (três) meses, deverá ser efetuado mediante depósito em conta da empresa ou quitação de boleto bancário, nas mesmas datas da Folha de Pagamento, sob pena de exclusão definitiva do plano de saúde em caso do não repasse de duas ou mais mensalidades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Da mesma forma, a Empresa manterá o plano de assistência médica ao seu empregado que, após o afastamento para tratamento de saúde, aposentar-se de forma provisória, devendo o empregado depositar o valor referente a assistência médica e coparticipação, mediante depósito em conta da empresa ou quitação de boleto bancário, até o dia 10 de cada mês, sob pena de exclusão definitiva do plano de saúde em caso do não repasse de duas ou mais mensalidades.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Passando a aposentadoria ser definitiva cessa a obrigação da empresa em manter o plano de saúde.

#### CLÁUSULA NONA - DO ACESSO À TELEMEDICINA AOS NOVOS EMPREGADOS

Empresa poderá disponibilizar para seus EMPREGADOS um plano de Saúde no formato da TELEMEDICINA, em substituição ao modelo de assistência médica tradicional para os empregados admitidos após a assinatura deste Termo de Acordo Coletivo, pelo prazo de 3 meses, ou seja, durante o período de experiência, podendo esta substituição, por vontade do empregado, ter o prazo estendido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregados admitidos a partir da assinatura deste aditivo, será disponibilizado durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, exclusivamente, a possibilidade de adesão ao benefício de TELEMEDICINA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Após o período de 3 (três) meses usufruindo o benefício de Telemedicina, o empregado poderá exercer a opção de migrar do benefício de Telemedicina ao Plano Médico Tradicional, conforme disciplinado em política interna da EMPRESA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Aos empregados com contratos de trabalho anteriores à vigência deste instrumento, que não optaram pelo plano médico tradicional, também será disponibilizada a possibilidade de adesão ao benefício de TELEMEDICINA.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Aos empregados com contratos de trabalho anteriores à vigência deste instrumento, que optaram pelo plano médico tradicional, ficam mantidas as condições praticadas em relação ao plano médico atual.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As modalidades de assistência médica ofertadas pela EMPRESA não são cumulativas, ficando facultado ao EMPREGADO a escolha da modalidade.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os Planos de Saúdes concedidos pela Empresa são em regime de onerosidade e coparticipação para os trabalhadores atuais e seus dependentes.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Para o plano de saúde no formato TELEMEDICINA, a Empresa custeará para o trabalhador na mesma proporcionalidade do plano de saúde tradicional na onerosidade mensal e o custeio da coparticipação será de integral responsabilidade do trabalhador.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
A. J. N.



## CLÁUSULA DÉCIMA - VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO DE NATAL

A empresa, exclusivamente no mês de dezembro de 2024, para quem associar-se ao sindicato até 31 de outubro de 2024, concederá aos seus empregados sindicalizados, uma quantia extra a título de vale alimentação, correspondente a R\$ 192,93 (cento e noventa e dois oitenta reais e noventa e três centavos). O referido crédito será realizado através do cartão eletrônico de alimentação/refeição até o dia 20/12/2024.

PARÁGRAFO ÚNICO – O benefício previsto nesta cláusula não tem natureza salarial nem constitui base previdenciária, tributária ou para efeitos do FGTS

## AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO DOENÇA OU DO AUXÍLIO ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO

A partir de 16º (decimo sexto dia) de licença médica, a empresa complementarará, sem natureza salarial, por até mais 45 (quarenta e cinco dias), o auxílio doença/acidente, pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), até o limite da remuneração média líquida do empregado.

## AUXÍLIO CRECHE

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS DAS EMPREGADAS GESTANTES

A EMPRESA se compromete a dar garantia de emprego às empregadas gestantes, desde a confirma estende-se às mães adotivas.

PARÁGRAFO ÚNICO - De forma a cumprir o disposto no artigo 389, parágrafos 1º e 2º, da CLT e na portaria do Ministério do Trabalho e Emprego de nº. 3.296/86, a EMPRESA pagará às empregadas, do primeiro dia do quarto mês de vida até 6 (seis) meses após o retorno da empregada-mãe ao trabalho, completo do filho natural ou adotivo, o valor de R\$ 276,20 (duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos), a título de auxílio-creche, sem natureza salarial para qualquer fim.

## OUTOS AUXÍLIOS

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO PARA FILHOS ESPECIAIS

O empregado (a) que tenha filho portador de necessidades especiais, devidamente comprovado, fará jus a um auxílio mensal, e de R\$ 276,20 (duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos), por filho nessa condição, para que possa ajudar nos tratamentos especializados, não tendo natureza salarial e não integrando a remuneração do empregado, para nenhum efeito, valor ou forma, inclusive tributário e previdenciário. Neste caso, o empregado deverá preencher formulário específico, fornecido pela empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - O benefício citado não será cumulativo ao benefício constante na cláusula 12a.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

A partir de 1º de agosto de 2024, no caso de falecimento do empregado, a SEREDE – SERVIÇOS DE REDE S/A pagará as despesas pertinentes ao funeral até o limite de R\$ 4.500,00 (quatro mil reais), desde que o seguro de vida em grupo mantido pela empresa não abranja este benefício.

PARÁGRAFO ÚNICO - O auxílio funeral concedido no caput, de natureza não salarial, não se incorporará aos salários para efeito de formação de remuneração e não servirá como base de cálculo para pagamentos de rescisão contratual, encargos e tributo.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
HFA

5





SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A empresa contratará, para todos os seus empregados, apólice de Seguro de Vida em Grupo, sem ônus para os mesmos, com as seguintes coberturas: indenização de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por morte natural, indenização de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por morte acidental e indenização de Até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por invalidez parcial ou total.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INDENIZAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO

Poderá o empregado, se houver interesse da empresa, utilizar seu veículo para o desempenho de suas atribuições funcionais, mediante contrato de locação específico a ser firmado entre as partes, no qual estarão definidos: preço, prazo, direitos e obrigações das partes.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da locação acima indicada será realizado pela EMPRESA, mensalmente, mediante depósito em conta bancaria indicada pelo locatário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de acidente de trabalho, será pago a locação de veículo para o primeiro mês de afastamento por acidente de trabalho, no caso deste ocorrer por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A EMPRESA arcará com as despesas de contratação de seguro com cobertura para acidentes contra terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO - As verbas previstas na presente cláusula, face à natureza nitidamente indenizatória, não são consideradas prestação in natura para os efeitos do art. 458 da CLT, não se incorporando ou refletindo, para qualquer fim, aos salários e as remunerações dos empregados.

PARÁGRAFO QUINTO - O contrato de locação de veículo de propriedade do empregado, para uso no trabalho, deverá observar a tabela a seguir, com seus respectivos valores, para fins de pagamento mensal do carro agregado a partir do mês de julho/24.

SE	CARRO LEVE	0	5	Motor 1.0	R\$ 1.274,11
		6	7		R\$ 1.245,79
		8	99		R\$ 1.212,29
	MOTO	0	99		R\$ 585,08
	UTILITÁRIO	0	99		R\$ 1.831,55

PARAGRAFO SEXTO: As partes convencionam que os próximos reajustes da tabela de agregamento de veículos serão nos meses de junho.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As verbas previstas na presente cláusula, face à natureza nitidamente indenizatória, não são consideradas prestação in natura para os efeitos do art. 458 da CLT, não se incorporando ou refletindo, para qualquer fim, aos salários e as remunerações dos empregados.

PARÁGRAFO OITAVO - A partir de 1o de julho/24, para os empregados que ocupam o cargo de Técnico de Dados, o valor do KM Rodado passará para R\$ 0,71 (setenta e um centavos), oportunidade em que não terão direito à quota de combustível em litros. Fica também estipulado o fim do raio de deslocamento, o que significa dizer que ultrapassando os limites da sua cidade base, já tem direito à quilometragem.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
A 31



## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

## DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÃO

As homologações de rescisões de contrato individual de trabalho dos empregados associados ao SINTTEL, com tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano, serão realizadas, sem ônus para a empresa, com a assistência do sindicato de forma híbrida (presencial ou telepresencial), sendo a forma híbrida, uma opção do sindicato. Será observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do dia do depósito da indenização prevista no art. 477 da CLT, observados os demais aspectos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A EMPRESA comunicará aos empregados o dia, hora e local para efetuar a homologação da rescisão. Cumprindo essa formalidade, o empregador ficará isento das penalidades previstas no art. 477 da CLT, caso o empregado não compareça no horário determinados, ficando a entidade laboral com incumbência de fornecer um atestado comprobatório de sua ausência, podendo tal formalidade ser suprida através de declaração de 02(duas) testemunhas que estejam no local, dia e hora marcados para a homologação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Enquanto o sindicato não mantiver delegacias em outras localidades do Estado e, sendo a homologação procedida nessas localidades, a empresa poderá solicitar a assistência da SRTE/MTE ou dos órgãos judiciais previstos em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Empresa ou empregado poderá optar por homologar as rescisões de contrato individual de trabalho dos trabalhadores não associados, preferencialmente, com a assistência do SINTTEL, sendo que este terá um custo de R\$100,00 (cem reais) por trabalhador que será de responsabilidade da parte que optou pela intervenção sindical.

PARÁGRAFO QUARTO: Entrega da documentação prevista no Parágrafo 6º. do Artigo 477 da CLT, poderá ser no ato da homologação da rescisão, após os 10 dias do desligamento, seja no Sindicato ou na empresa, e mantendo a obrigação da quitação das verbas rescisórias até o 10º dia.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

## OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TELETRABALHO

A Empresa poderá implantar o programa de TELETRABALHO (Home Office), sendo observado os termos do regulamento interno.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O programa será de adesão voluntária e facultativa para os cargos elegíveis, cabendo ao empregado solicitar a qualquer tempo e à empresa a decisão pela aprovação ou não do requerimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As regras e condições relativo programa, bem como aos ferramentais necessários para o trabalho, serão acordadas por contrato de trabalho ou aditivo ao contrato de trabalho, sendo aplicáveis as disposições do Capítulo II-A da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa se compromete a apresentar e discutir com o sindicato o regulamento interno, referente ao tema.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
H. F. A.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

### DURAÇÃO E HORÁRIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. A duração da jornada dos trabalhadores que exerçam atividades de tele atendimento será de 36 (trinta e seis) horas semanais ou de 6 (seis) horas diárias, em escala de revezamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empresa poderá adotar o regime de rodízio, escalas e sobreaviso, sem prejuízo dos esforços que visem à racionalização da composição de equipes para os sábados, domingos e feriados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A partir da assinatura do presente acordo de trabalho, a empresa elaborará escala da jornada de trabalho de forma que a folga semanal de cada trabalhador seja, prioritariamente, sábado ou domingo, alternadamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O trabalho nos dias decretados em lei feriados nacionais, estaduais e municipais, mesmo obedecendo à escala de trabalho, será sempre pago com o adicional de 100% sobre o devido em dias normais.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa elaborará a escala de plantão dos empregados lotados nos referidos cargos, assegurando no mínimo 2 finais de semana livres por mês, permitida a troca entre empregados lotados na mesma unidade de trabalho, assegurada a folga semanal prevista no art. 67 da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO - A empresa poderá substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico, através de celular, telefone fixo, URA, intranet ou internet, bem como através de sistemas das concessionárias, obrigando-se a respeitar os termos da Portaria 671/2021 do MTE.

PARÁGRAFO SEXTO – Os empregados que exerçam suas atividades em campo ou externo à sede da empresa, por força desta norma coletiva, estão dispensados de registrar nos cartões de ponto ou controles equivalentes, o horário dos intervalos destinados a alimentação e descanso, desde que a empresa assegure o repouso no intervalo legal.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERRUPÇÕES DO TRABALHO

As horas não trabalhadas decorrente de interrupções da jornada de trabalho que independam da vontade do trabalhador (caso fortuito ou força maior) não serão imputadas para compensação, devendo ser abonadas.

### COMPENSAÇÃO DE JORNADA

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Será mantido na empresa um sistema de compensação de horas, nos termos do artigo 59 da CLT, e legislação vigente, com controle individualizado do saldo de horas trabalhadas por empregado, o qual funcionará nas seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A totalidade das horas extras realizadas de segunda a sábado serão destinadas a crédito de compensação em favor do empregado, de acordo com os procedimentos do sistema de compensação de horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ficam excluídos do sistema de compensação, os trabalhos extraordinários realizados em domingos, DSR (descanso semanal remunerado) e feriados, devendo as horas extraordinárias correspondentes a esses dias serem pagas diretamente ao empregado com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDs

DS  
LNDM

DS  
H JN



**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O saldo de horas positivo referente às horas extras realizadas e não compensadas dentro do mesmo mês poderá ser compensado até o último dia útil do 3º mês subsequente a ele (mês referência). Ao final deste período sem que tenha havido a compensação, o saldo de horas extras do mês referência será pago com adicional de 50% (cinquenta por cento) na Folha de Pagamento do mês subsequente ao período destinado à compensação do mês referência.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O saldo de horas negativo e não compensado dentro do mês da ocorrência poderá ser compensado até o último dia útil do 6º mês subsequente, podendo ser prorrogado pela empresa por igual período, caso não haja a compensação no prazo original. Passado o período compensatório, a empresa fará o desconto das horas negativas.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, sem que tenha havido a compensação integral das horas de débito e ou crédito do banco, o empregador realizará o pagamento ou o desconto respectivo nas verbas devidas ao trabalhador, calculado sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nas hipóteses de promoção para cargos que dispensem o controle de jornada, o colaborador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração até a data da promoção. As horas negativas serão abonadas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O empregado que já tenha aderido ao Acordo Individual de Banco de Horas terá automaticamente renovado o prazo de compensação considerando a disposição deste Acordo.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O presente acordo para compensação de jornada – Banco de Horas, passa a vigorar a partir do dia 01.05.2024, com validade de compensação a cada 3 (três) meses nos termos desse acordo.

## CONTROLE DA JORNADA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FREQUÊNCIA

A empresa manterá um sistema de registro automático de frequência em que mensalmente serão registrados os fatos relacionados à presença e/ou ausência do empregado ao trabalho, inclusive os apontamentos referentes a:

- a) Adicional de horas extras;
- b) Adicional noturno;
- c) Adicional de sobreaviso;
- d) Expediente normal;
- e) Faltas;
- f) Atrasos;
- g) Outros tipos de ausências legais;
- h) Compensações.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Após a efetiva implantação do Sistema de Gerenciamento de Frequência, o empregado poderá consultar via sistema ou requerer ao seu gestor, a qualquer momento, informações referentes a sua jornada de trabalho, horas extras, adicionais e compensações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As partes reconhecem que o Sistema de Gerenciamento de Frequência adotado pela empresa atende as exigências do Art. 74, § 2º da CLT e a Portaria nº 671 do Ministério do Trabalho e Emprego de 25.02.2021 e poderá substituir o controle de ponto manual pelo controle de jornada eletrônico, através de celular, telefone fixo, URA, intranet ou Internet, bem como através de sistemas das concessionárias, dispensando-se a implementação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP, da Portaria 1.510, de 21.09.2009 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Rubrica  
SADMN

DS  
MVDS

DS  
LNDM

DS  
AFA



## FALTAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, além dos limites já fixados em lei:

- a) Por até 3 (três) dias consecutivos em caso de falecimento de pessoa que, comprovadamente viva sob sua dependência econômica;
- b) Por 1 (um) dia, durante a vigência deste Acordo Coletivo, em caso de internação hospitalar de urgência, do cônjuge, companheiro (a) ou filho menor de idade, devidamente comprovado;
- c) Por até 1/2 (meio) dia, durante a vigência deste Acordo Coletivo, para o recebimento de sua parcela do PIS, caso a empresa não tenha celebrado convênio com a finalidade de efetuar ela mesmo o pagamento.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE PONTO AO ESTUDANTE

Serão abonadas, sem qualquer prejuízo de ordem econômica e/ou funcional, as faltas do empregado para prestar exames vestibulares, quando coincidirem com o horário normal de trabalho, sendo exigida a devida comprovação posterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando, em razão de necessidade imperiosa de matricular-se ou prestar exames em escola que ministre cursos do ensino fundamental, médio ou superior, o empregado poderá ter sua ausência, para esse exclusivo fim, abonada, desde que compense as horas dispendidas posteriormente.

## RELAÇÕES SINDICAIS

### REPRESENTANTE SINDICAL

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

A empresa se compromete a liberar, enquanto perdurar este acordo coletivo de trabalho, 1(um) empregado, eleito para o cargo de dirigente sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO - A liberação de que trata esta cláusula se dará sem ônus para o SINTTEL/SE, sem prejuízo dos salários e demais vantagens.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORO

As controvérsias resultantes da aplicação das normas deste Acordo serão dirimidas pela Justiça do Trabalho de Aracajú (SE).

## DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do presente Acordo Coletivo de Trabalho, as partes signatárias negociarão a solução antes de adotarem qualquer procedimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de não se chegar a acordo, estabelece-se o valor único de um piso salarial, independentemente do número de funcionários eventualmente atingido, como multa por descumprimento de cada cláusula do acordo, reversível à parte prejudicada.

Rubrica  
SADMN

DS  
LNDM

DS  
MVDs

DS  
A. F. N.

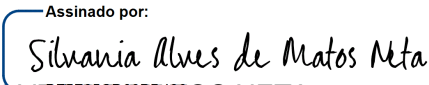
OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - VALIDADE DO ACORDO

Integram o presente Acordo Coletivo, como se aqui estivessem transcritas, as Cláusulas integrantes da Convenção Coletiva de Trabalho de 2024/2024, firmada entre o SINISTAL/FENINFRA e o SINTTEL/SE, naquilo que não colidirem com as Cláusulas ora acordadas.  
PARÁGRAFO ÚNICO - Deixam de ter validade para a EMPRESA pactuante e para os seus empregados, todas e quaisquer outras normas coletivas anteriores, durante a vigência do presente documento.


CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DEPÓSITO E REGISTRO

Para que produza os efeitos legais e se torne obrigatório para as categorias econômicas e de trabalhadores abrangidas, as partes depositarão cópia do presente Acordo Coletivo de Jornadas na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do Artigo 614, da Consolidação das Leis do Trabalho, para fins de registro e arquivo.

Assinado por:  
  
SILVANIA ALVES DE MATOS NETA  
DIRETOR  
SIND DOS TRAB EM EMP DE T E O DE MESAS TELEF NO EST SE

DocuSigned by:  
  
MARCELL VELLOSO DE SOUZA  
DIRETOR  
SEREDE - SERVICOS DE REDE S.A.

DocuSigned by:  
  
LEONARDO NOGUEIRA DE MORAES  
DIRETOR  
SEREDE - SERVICOS DE REDE S.A.

DocuSigned by:  
  
ANEXOS  
ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA

Anexo (PDF)